

Atualidade

económica

Economia Brasil
Visão da semana:

expurgos e incertezas

A semana passada foi uma das mais agitadas ultimamente na área da economia. Depois do "pacote", esperavam-se medidas de caráter complementar, principalmente a respeito de expurgos e/ou desindexação. Novamente as expectativas se concentraram neste campo, não chegando a ser totalmente frustradas, a julgar por algumas reações empresariais. No entanto, a tônica geral não parece ter sido o acerto, a ponto de inculcar maior dose de confiabilidade na equipe governamental.

Como vinha ficando cada vez mais notório, as autoridades optaram pelo expurgo da correção monetária, embora o anúncio desta medida tenha sido feito em tom deveras lacônico. O ministro da Fazenda recusou-se a fornecer qualquer explicação sobre os critérios adotados, bem como sobre a filosofia que levou a não expurgar a correção cambial. Este fato, aparentemente simples, acabou sujeito a controvérsias, na medida em que as ORTN com cláusula de correção cambial passaram a ser praticamente os únicos títulos a acompanhar integralmente a variação dos preços. A não ser que o governo decrete algum tipo de taxação, estes papéis relegarão todos os demais a segundo plano, agravando o perfil da dívida interna.

A reação do mercado ao expurgo foi moderada, alguns acreditando que desempenhará papel de relativa importância no sentido de favorecer a contenção do ritmo inflacionário. Outros foram de opinião de que o expurgo foi modesto, com poucas possibilidades de se traduzir em algo concretamente positivo a curto prazo. O próprio governo não pareceu muito convencido da força dessa medida, pois resolveu dar maior ênfase ao controle de preços, apesar dos limites clássicos que traz consigo. A Federação das Indústrias foi clara em afirmar que muitas empresas não suportariam tal controle por mais de quatro meses. Alguns setores, isoladamente, manifestaram-se no sentido de não obedecer à portaria do CIP, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelo governo para obter consenso nesse campo.

Na área agrícola, foi cortada parte dos subsídios ao trigo e à farinha. O café recebeu novo preço de garantia (Cr\$ 37,5 mil/saca), gerando repercussões bastante desfavoráveis nos produtores, que solicitavam valores em torno de Cr\$ 46 mil. O governo cumpriu a promessa de antecipar a fixação dos Valores Básicos de Custeio e os preços de garantia para o setor, revelando sua preocupação com as quebras registradas nesta safra e as perspectivas de um abastecimento comprometido no ano que vem.

No plano internacional, as negociações do Brasil em relação à sua dívida externa não apresentaram uma definição mais nítida. O Fundo Monetário Internacional deu sinais de aceitação em relação às propostas de renegociação dos resultados que a economia deve alcançar até o fim do ano, embora isto não tenha sido ainda suficiente para levar os banqueiros a se decidirem pela concessão de novos recursos ao País. Esta demora é sem dúvida um fator de preocupação a mais para nossas autoridades, que demonstram certa hesitação no que diz respeito à dosagem de esforços voltados para os problemas internos ou externos.

No final da semana, foi baixado um decreto-lei anistizando aqueles que não explicaram devidamente suas variações patrimoniais nas últimas declarações de imposto de renda. Poderão aplicar tais recursos em cadernetas de poupança ou mesmo no mercado de ações, fato que ilustra um autêntico desespero por parte do governo na tentativa de reforçar este segmento do mercado financeiro, em face da volumosa drenagem de recursos que se avizinha nesta virada de trimestre.

Em síntese, as atenções concentraram-se à espera de providências mais firmes no plano econômico, mas estas não foram tomadas com a intensidade desejada. Tudo indica que essas repetidas demonstrações de fraqueza por parte do governo chegaram ao ponto de impedir-lo de agir, perdendo o pouco de margem de manobra que eventualmente lhe resta.